**A Primeira Infância: desafios contemporâneos**

Fabiana de Jesus dos Santos[[1]](#footnote-1)

**Salvador**

 **2019**

**A Primeira Infância: desafios contemporâneos**

**Resumo**

O objetivo principal desta pesquisa é analisar como a primeira infância tem sido vista e como as políticas de valorização da mesma tem sido lançada nessa época contemporânea. Busca-se a visão de infância presente em alguns documentos aprovados pelo Ministério da Educação. Apresenta-se, inicialmente, as seguintes indagações: Qual a real concepção que temos da infância? Como delimitar a sua fase? Para responder a tais questionamentos buscaremos respostas na LDB (9394/96), PCN´s, PNE, BNCC e com ajuda de outros autores. A pesquisa bibliográfica nos ajuda a aprofundarmos e termos como base conceitos que nos une acerca da educação. A cada nova geração os conceitos mudam e por isso devemos viver em constante atualização do que que queremos e buscamos; temos que nos questionar sobre qual cidadão estamos formando e para qual sociedade. A infância nem sempre foi vista pela sociedade mas, ao final do século XX, essa passou a ser principal preocupação para muitos educadores, pois começou-se a perceber que a criança tinha e tem a sua própria forma de ver o mundo e de atuar nele. Por isso, esta pesquisa é inconclusiva e sempre aberta a novos conceitos. A pesquisa científica nunca deve fechar-se em si mesma, antes, ela deve estar aberta a novas contribuições e reavaliação do que considera como algo exato. Somente assim, será possível acompanhar as mudanças e evoluções que ocorrem na sociedade.

**Palavras-chave**: Pesquisa; Infância; Educação; Contemporaneidade; Leis da Educação.

**La prima infanzia: sfide contemporanee**

**Riassunto**

L'obiettivo principale di questa ricerca è analizzare come la prima infanzia sia stata vista e come le politiche di valutazione siano state lanciate in questa era contemporanea. La visione dell'infanzia è ricercata in alcuni documenti approvati dal Ministero della Pubblica Istruzione. Per prima cosa presentiamo le seguenti domande: qual è la nostra vera concezione dell'infanzia? Come delimitare la sua fase? Per rispondere a tali domande cercheremo le risposte in LDB (9394/96), PCN, PNE, BNCC e con l'aiuto di altri autori. La ricerca bibliografica ci aiuta ad approfondire e rafforzare i concetti che ci uniscono all'educazione. Con ogni nuova generazione, i concetti cambiano e dobbiamo vivere in costante aggiornamento di ciò che vogliamo e cerchiamo; dobbiamo chiederci su quale cittadino stiamo formando e per quale società. L'infanzia non è sempre stata vista dalla società ma, alla fine del XX secolo, questa divenne la preoccupazione principale di molti educatori, perché iniziò a rendersi conto che il bambino aveva e ha il suo modo di vedere il mondo e di agire in esso. Pertanto, questa ricerca è inconcludente e sempre aperta a nuovi concetti. La ricerca scientifica non deve mai essere chiusa su se stessa, ma deve essere aperta a nuovi contributi e alla rivalutazione di ciò che considera qualcosa d´esatto. Solo così sarà possibile tenere il passo con i cambiamenti e le evoluzioni che si verificano nella società.

**Parole chiave:** Ricerca; Infanzia; Istruzione; Contemporanea; Leggi sull'istruzione.

**Introdução**

A elaboração deste artigo é fruto de muita leitura e escuta sensível durante a disciplina de Política Educacional Brasileira, linha 3 do curso de mestrado UNEB. Com base nas leituras dos documentos que abordam as políticas voltadas para a educação básica, apresento a temática sobre “A Primeira Infância: desafios contemporâneo”. Os documentos oficiais do Ministério da Educação, tem se mostrado bem fundamentado e enraizado na realidade das escolas e regiões brasileira. Assim, trarei questões significativas quanto ao que diz as Leis de Diretrizes e Base (LDB 9394/96), o Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNei, 1998), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 2000), e o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014). Certamente alguns autores e críticos do ramo educacional serão aqui mencionados para enriquecer esta calorosa discussão com foco na Primeira Infância nesta era contemporânea tão marcada pela ameaça a democracia e aos direitos básicos dos cidadãos. Aprofundar a cerca dos documentos, parâmetros e diretrizes que tratam da educação deve fazer parte da vida de todas as pessoas, e mais ainda das pessoas envolvidas com a formação da infância. As metas concernentes à infância dificilmente serão atingidas se não for do nosso conhecimento os seus objetivos e estratégias para que tudo se cumpra. Portanto, nessa produção acadêmica sobre “A Primeira Infância: desafios contemporâneo”, na abordagem da legislação vigente, é de profunda importância para a comunidade acadêmica e para todos que se preocupam pela melhoria e qualidade na educação brasileira. Podemos nos perguntar é possível atingir alguma meta a qual desconhecemos? Como alcançar melhorias sem traçar caminhos estratégicos? O que fazemos e o que queremos alcançar ao elaborar projetos para infância? Que infância é essa na qual falamos? Os educadores e educadoras ao percorrerem seus processos formativos nem sempre conseguem abarcar todos os documentos e legislação vigente da sua área, isso acontece em várias profissões. Cabe a nós, segundo a nossa disponibilidade, dedicação e compromisso com a educação, fazermos o melhor pela infância e pelo nosso país. Compreender o que diz com documentos legais sobre a infância é um dos nossos objetivos. Refletir se as nossas práticas estão indo em direção as metas gerais para a educação é imprescindível.

**1. A Educação Infantil: breves reflexões**

A reflexão que trago não é do ponto de vista pessoal ou simplista, mas sim fundamentada nos documentos legais, por exemplo, o PCN, RCNei, o PNE e o mais novo documento, a BNCC. Vejamos como as leis e documentos sobre a infância entendem a Educação Infantil, e como a concebemos no nosso dia a dia, de acordo com algumas tendências e práticas pedagógicas. A primeira fala acerca da infância e do local aonde ela se encontra será o Parâmetro Curricular Nacional (PCN). Para esse documento infância é entendida como algo que parte do *cronos*

Este documento tratará as crianças da educação infantil como pertencentes à faixa etária de 0 até 6 anos de idade em decorrência da promulgação recente de duas leis (Lei 11.114, de 16.05.05 e Lei 11.274, de 06.02.2006) que incluem a criança de 6 anos no ensino fundamental e de orientações dadas pelo Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica (Parecer nº 18, de 15.09.05) com relação a essa inclusão. (BRASIL, 1998, p. 7)

Assim compreendemos que um fator essencial ao se tratar de crianças inseridas na educação infantil é considerar a idade, por isso, o PCN traz como parâmetro a faixa etária de 0 a 6 anos. Ou seja, é o tempo cronológico e não fatores comportamentais que irão determinar se elas estão na fase da infância ou não; essa questão deixo a cargo da psicologia, área da ciência humana que se dedica ao estudo das fases da vida. Em outro trecho o PCN apresenta objetivo deste documento a compreensão da infância e das suas dificuldades rumo a qualidade:

A análise da concepção de criança, de pedagogia da Educação Infantil e da trajetória histórica do debate da qualidade da Educação Infantil, a consideração de alguns dados de pesquisas recentes realizadas dentro e fora de nosso país, os desdobramentos previstos na legislação nacional para a área e o evidenciar de contradições a serem superadas subsidiam a definição desses parâmetros. (BRASIL, 1998, p. 43)

Ao referir a história sobre a educação na infância este trecho deixa claro que a concepção de infância nem sempre foi a mesma, a que temos hoje delimita este período através da idade. Ariès (1986) diz que por um longo período a criança foi esquecida, em outro momento ela foi tida como um adulto, ou mesmo um ser divino e puro. (ARIÈS, op. cit) O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNei) é o documento central para a educação da infância, principalmente as da creche e pré-escola. Neste, é possível encontrar um norte sobre a infância, as competências e habilidades que precisam ser trabalhadas nessa face, desde os objetivos para a educação infantil, as brincadeiras e sua importância e uma série de orientações para a escola e os docentes. Ao falar da expansão da educação infantil decorrente da globalização e do ingresso da mulher no mercado de trabalho o RCNei diz que: “[...] a sociedade está mais consciente da importância das experiências na primeira infância, o que motiva demandas por uma educação institucional para as crianças de zero a seis anos.” (BRASIL, 1998, p. 11) Então, mais uma vez um documento da Secretária de Educação coloca um limite para considerarmos a infância, esse limite temporal nem sempre foi assim. Por décadas a infância foi considerada até os 4 anos e a expansão desta temporalidade é consequência do novo padrão de vida vivenciado pela sociedade moderna. Umas das maiores razões pela qual a partir da década de 80 (século XX) alguns documentos educacionais apresentarem valiosa informação foi a Constituição Federal de 1988. Com a CF muita coisa mudou na conjuntura do país, esse avanço ocorreu por pressão da sociedade e de grupos que reivindicavam mudanças. Vejamos o que diz a CF de 88:

Inciso IV do Artigo 208 da Constituição Federal de 1988

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

A CF de 1988 foi, sem dúvida, de grande importância para a visibilidade legal da infância. Colocá-la na fase da creche e pré-escola gerou uma repercussão e continuação para essa extensão da idade, entre zero e seis anos. O PCN embora traga em voga a educação do fundamental não deixou de trazer a sua contribuição acerca da infância, o documento apresenta alguns critérios imprescindíveis para buscar a qualidade e igualdade na formação e educação da infância, a saber:

as políticas para a Educação Infantil, sua implementação e acompanhamento; as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil; a relação estabelecida com as famílias das crianças; da formação regular e continuada dos professores e demais profissionais; a infraestrutura necessária ao funcionamento dessas instituições. (BRASIL, 1996, p. 44)

Uma vez delimitado o período pelo qual compreende-se a infância, são colocadas algumas dimensões e estruturas de pessoas que são responsáveis pela educação da infância afim de que a mesma possa ter garantido não somente o acesso mas, uma qualidade no serviço oferecido. Por isso é tão importante o acompanhamento da infância, das suas famílias, e dos profissionais envolvidos em seu processo educacional. Já a meta do Plano Nacional de Educação em sua terceira tentativa de estabelecer metas para o desenvolvimento da educação. Lemos na Meta 1 do PNE:

a meta conta com dois grandes objetivos, que se subdividem em função da faixa etária e da demanda: no curto prazo, universalizar o atendimento na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos, até 2016; e até o ﬁnal de vigência do PNE, em 2024, garantir que, no mínimo, 50% das crianças com até 3 anos de idade sejam atendidas por creches. (BRASIL, 2014, p. 23)

Ao falar da educação infantil, na meta 1, o PNE delimita a infância em um período que corresponde de zero a cinco anos. Em diversos momentos o plano fala que a: “criança de 6 anos foi inserida no ensino fundamental e a EI passou então a atender as crianças de 0 a 5 anos.” (Brasil, 2014, p. 24) Diante dessa afirmação, vale lembrar que a Educação Infantil está inserida na Educação Básica, essa divergência de 1 ano de diferença já esteve presente em versões antigas da própria Constituição. Devemos nos perguntar: sempre qual a infância que queremos para os próximos anos? Ou melhor, qual adulto queremos ter para a sociedade com essas mudanças nas leias a partir da década de 80 (séc. XX)? Será que concebemos a infância ainda do mesmo modo? O que mudou nos últimos anos? O que o desenvolvimento tecnológico contribuiu ou alterou no que diz respeito a essa concepção de infância? A criança de hoje não é mais a mesma de 20 anos atrás, isso é inegável. A BNCC – Base Nacional Comum Curricular – é uma normativa que visa unificar a educação em sua forma e conteúdo para garantir igualdade e equidade para todos. A sua base legal é a CF, LDB, PCNs, DCN e o PNE. Ela mostra o objetivo para o desenvolvimento e aprendizagem através de competências e habilidades, já o currículo vai traçar o caminho que deve ser percorrido para que o objetivo seja alcançado. Os documentos anteriores já previam a elaboração de um base comum e por isso foram inseridas algumas finalidades para a educação básica: direito e objetivos de aprendizagens; e competências e habilidades. A BNCC ainda esta em fase de implementação e merece ser estudada criticamente por todos os educadores e educadoras. Com base nessa normativa as escolas e seus professores em formação continuada, com seus currículos e projetos pedagógicos, deverão ser modificados visando a promoção de uma educação igualitária que garanta o ingresso e a permanência de todos na educação básica. Além de garantir o ingresso e permanecia das crianças na escola, a BNCC para a educação infantil ressalta a importância dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento na infância, o foco está em saber: Conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Vale a pena aprofundar o estudo sobre essa norma que deve ser efetiva nas escolas até 2020 (BNCC, 2017). As crianças de hoje já não brincam na rua, não utilizam objetos simples e do cotidiano para criar suas brincadeiras, dificilmente se sujam de lama, sobem em árvores (em algumas cidades ou bairros só tem concreto), as famílias já não são as responsáveis diretas para a educação dos seus filhos, essa tem sido atribuída às escolas, às creches; muitos outros exemplos poderiam ser citados aqui, porém a partir desses já podemos verificar que a conjuntura da sociedade não é mais a mesma. Podemos também nos perguntar se estamos atentos a tais mudanças sociais, se temos colaborado na elaboração de políticas educacionais capazes de seguir criticamente todas essas mudanças que ocorrem no mundo. Estamos prontos para transitar nessa era contemporânea? Ou devemos chamar de era pós-contemporânea? Diante das mudanças rápidas e da cultura imediatista em que estamos vivendo somos capazes de identificar o que nos coloca entre um período ou outro? Responderemos tais perguntas com base a concepção de infância e educação dos documentos oficiais da educação e de alguns pesquisadores e pesquisadoras da área.

**2. Educação Infantil: desafios contemporâneos**

O final do século XX desencadeou muitas mudanças, pois a indústria e as tecnologias avançaram muito e rápido. Embora estejamos vivendo constantemente as mudanças sociais e sofrendo as suas consequências, mesmo que inconscientemente devemos ter uma atenção crítica com tudo o que acontece ao nosso redor. Cada indivíduo traz em si um pouco do reflexo de tais mudanças e, consequentemente, leva para dentro dos muros da escola. Embora ainda se pense e exista a tentativa de viver dentro da escola como se esta fosse um mundo à parte e autossuficiente, não podemos nos negar a enxergar além dos muros. A escola contribui para a formação de sujeitos que diretamente integram e constrói a sociedade. Antes de falarmos da Educação Infantil com base nos documentos, decretos e leis, analisemos com Gatti (2005) a era em qual vivemos, se estamos na era moderna, contemporânea ou pós-contemporânea. Ocorre que, enquanto educadores/educadoras somos chamados a preparar sujeitos para viverem em um período específico. Gatti (2005) em seu artigo Pesquisa Educação e Pós-modernidade: confrontos e dilemas, dirá que:

O emprego dos termos pós-modernidade, pós-moderno não encontra consenso entre os que se preocupam com a compreensão do momento histórico contemporâneo, em suas diferentes manifestações. A discussão sobre essa questão intensificou-se a partir da segunda metade do século passado. (GATTI, 2005, p. 596)

É importante acompanhar a evolução histórica e social para se ter clareza de qual sociedade falamos e de qual sujeito queremos formar para ela. Esses dois quesitos são essenciais para que se possa obter eficácia no que fazemos. Embora não haja consenso se vivemos na contemporaneidade ou na pós-contemporaneidade, permanece a fala de Gatti, ela diz que:

De qualquer modo, não se pode falar em pós-modernidade sem fazer um contraponto com a modernidade. A modernidade veio no bojo de uma cultura na qual se quebram os vínculos metafísicos que explicavam o homem e o mundo, tornando-se a razão a fonte da produção dos saberes, da ciência, ancorada em critérios de objetividade, distanciando-se dos objetos ou dos poderes transcendentais, religiosos ou metafísicos. (GATTI, 2005, p. 596-597)

Vivemos no século XXI e em um momento de transitoriedade entre o que é contemporâneo e pós-contemporâneo, aqui nada é claro e preciso, por isso as mudanças aparentam ser rápidas mesmo não sendo. Ao mesmo tempo que notamos um cuidado e atenção maior para com a infância verificamos um descuido e despreparo dos pais e de alguns educadores poucos interessados na formação integral do sujeito, pois para eles o que importa é estar ali e receber o salário deles no final do mês, planejar não é tão necessário. Vimos no primeiro tópico que a Constituição Federal, os documentos, os parâmetros e diretrizes voltados à educação demostram grande preocupação com a infância. Estamos falando de um cuidado que vai além do que era antes concebido, porque esse cuidado envolve a parte física, mas também motora, psicológica com enfoque e atenção ao ambiente onde a criança nasce, cresce e se desenvolve. Vejamos, então:

No caminho da Educação, cuidar significa acompanhar o outro com atenção em seu processo de desenvolvimento, valorizando o significado formativo da relação. Isso significa acolher e encorajar a criança, constituindo a confiança e autoestima necessárias para o crescimento. (ARENHART; GUIMARÃES; SANTOS; 2018, p. 7)

O acompanhamento da infância desde o final do século XIX passou a ser de interesse da educação e de vários teóricos construtivistas. Ainda hoje, século XXI, percebe-se uma atenção particular à primeira infância. A centralidade na criança e na sua capacidade de desenvolvimento e integração ao mundo e a todos que a cerca faz com que essa valorização ganhe potencialidade, entusiasmo e maior espaço nos diversos ambientes formativos, seja ele formal ou informal. Pensar na Educação Infantil é proporcionar um conjunto de fatores que seja capaz de garantir o acesso de todas aos recursos existentes, para que assim, o ser em formação seja saudável. As políticas de valorização da infância, dentro da Educação infantil revela o cuidado e preocupação, embora tardia, em colocar a criança em um patamar mais elevado. Alguns exemplos de políticas para a infância são: Brasil Carinhoso, Pradime, proinfantil, Pro Infância, etc. Esses programas governamentais funcionam em diversas parcerias a fim de tratar a infância com maior atenção, dando a ela um lugar de certo destaque se comparado com as outras fases do desenvolvimento e níveis de ensino. O Plano Nacional de Educação (PNE), estabelece metas para a Educação da Infância em dois pontos. A primeira meta, diz respeito as crianças de 4 a 5 anos e a quarta meta, refere-se aos possíveis cuidados com crianças que possuem algum tipo de transtorno global ou deficiência. Vejamos o que diz estas duas metas separadamente. A Meta 1 do PNE vem assim titulada:

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE. (BRASIL, 2014, p. 21)

O PNE inicia as suas metas com a educação da infância, pois como já vimos é a primeira fase do nosso desenvolvimento e as demais podem ser comprometidas caso não se leve em consideração a importância de valorizar e cuidar dos mesmos em vista de se ter uma educação básica com pessoas amadurecidas e abertas a um desenvolvimento integral e holístico.

Um outro ponto em que a infância é lembrada e colocada em destaque no PNE e está na meta 4, essa diz respeito as crianças com algum tipo de deficiência, ela almeja

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, p. 67 ,2014)

A meta 4 já engloba a educação da infância e a juventude, pois entende-se que a criança com algum tipo de deficiência ou transtorno do desenvolvimento deva ser acompanhada até os seus 17 anos. Nesse período ela deve ter adquirido as habilidades basilares para se viver em sociedade e ser inserida no mundo do trabalho de acordo com as suas potencialidades e capacidades. Dentre as 20 metas trazidas pelo PNE apenas as metas 1 e 2 fazem referências à educação da infância. É bem verdade, que estas trazem tudo o que se faz necessário para garantir os requisitos essenciais para que a infância seja tratada com atenção e respeito. Porém, tal valorização da infância só será efetiva se cada estado, distrito e município seguir as recomendações do Ministério da Educação. Sabemos que alguns governos deixam a desejar e que em alguns lugares as creches e escolas voltadas a educação da infância são precárias em seus espaços físicos, de vagas e recursos, portanto, não conseguem atingir nem a metade do contingente. É preciso que se invista em acompanhamento e que se faça visita a esses espaços. Um agravante na luta e busca por melhorias no campo educacional é a descontinuidade dos projetos e das obras públicas em todos os setores; acredita-se que o plano decenal de educação possa servir como um guia e parâmetro a favor da continuidade. “Sendo assim, os Planos de Educação são, também, um importante instrumento contra a descontinuidade das políticas, pois orientam a gestão educacional e referenciam o controle social e a participação cidadã”. (JULIÃO, 2016, p. 46) Podemos dizer que a BNCC em tese seria uma tentativa de continuidade e evolução para a educação, ao menos a nível infantil, já que as maiores mudanças ocorreram na formação do jovem no Ensino Médio. Para a educação infantil o critério da exploração do mundo por campos de experiência tem muito a contribuir para um desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos.

**Considerações Finais**

A formação da criança na Educação Infantil é causa de ricas discussões nos centros universitários. Fala-se de busca por qualidade e de melhorias na formação dos profissionais que atuam diretamente com esses seres que em desenvolvimento. Vimos que o conceito de infância nos documentos oficiais são os mesmos e que a idade é um parâmetro usado para colocar a criança nessa fase do desenvolvimento. Por período estava na infância quem tinha de zero a quatro anos, porém em finais do século XX foram inclusas as crianças de até 6 anos de idade. Assim, a necessidade de acolhimento e estrutura diferenciada para elas também precisou ser estendida. O cuidado com essas crianças nunca deixará de ser importante porque a concepção de que elas são o futuro da nossa sociedade ainda está presente até hoje. Estamos sempre pensando e projetando algo para a infância, discutindo e promovendo políticas voltadas para ela. Ser contemporâneo é também viver ‘para’ além do seu tempo. Podemos considerar esta pesquisa inconclusiva e em continuo desenvolvimento, pois somos seres de mudanças e porque o cenário político tem interferido muito no campo educacional, a prova disso é a construção e o processo ainda inicial da implementação da BNCC. Assim sendo, existe a possibilidade, já eminente, de uma descontinuidade nos projetos e metas voltadas à educação; os cortes ou congelamentos nas verbas nos faz acreditar que nesse momento histórico dificilmente haverá mudanças estruturais nas instituições educacionais. Contudo, faz-se necessário ressaltar que a qualidade na educação não depende exclusivamente dos recursos financeiros que uma escola possui, mas acredita-se também no comprometimento de cada pessoa que atua nas escolas. Esse é um dos maiores desafios que enfrentamos nessa era contemporânea.

**Referências**

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução, Dora Flaksman, 2ª ed, LTC, Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília,1988.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB). Lei Federal n.º 9.394, Brasília, de 26/12/1996.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** (RCNei). Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília, V. 1, 1998.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais (PCN). / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação** (PNE). Lei Federal n.º 13.005, de 25/06/2014. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular** (BNCC). Ministério da Educação. Brasília. 2017. http://basenacionalcomum.mec.gov.br/ (Acesso em 22/07/2019)

ARENHART, Denise; GUIMARÃES, Daniela; SANTOS, Núbia Oliveira. **Docência na Creche: o cuidado na educação das crianças de zero a três anos**. UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.

GATTI, Bernadete. **Pesquisa Educação e Pós-modernidade: confrontos e dilemas**. In, Caderno de Pesquisa, v. 35, n. 126, set./dez. 2005

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. O Plano Decenal e o Sistema Nacional de Educação. In: MORAES, Bianca Mota de; GONÇALVES, Clisânger Ferreira; VICENTE, Débora da Silva; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. (orgs). **Políticas Públicas de Educação**. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2016. Cap.3, p. 46.

1. Fabiana de Jesus dos Santos: Graduada pela Universidade Teológica no *Istituto* *Francescano di Spiritualità* em Espiritualidade Franciscana, pela *Pontificia Università Antonianum*. Pedagoga Formada pela Fundação Visconde de Cairu; pós-graduanda em Educação a Distância. Endereço: Rua Hélio de Oliveira, nº 264, Bairro Santa Teresa, cep.: 40265-020 Email: fabianade85@gmail.comTel.: 98773-5862 [↑](#footnote-ref-1)